



BOLETIM

INFORMATIVO

A revista do Sistema

Ano XXIV nº 1293 - 16/03/2015 a 22/03/2015

Tiragem desta edição 25.000 exemplares



ÂGIDE: OS DESAFIOS DE 2015

HISTÓRIA

O Batalhão
de Suez

BIOGÁS

A Energia
Alternativa

MST

O “exército”
do vandalismo

Aos Leitores

Na maioria das vezes os interesses dos produtores rurais estão vinculados a decisões políticas tomadas em Brasília. Seguro rural, crédito, meio ambiente, sanidade, exportação e por aí afora exigem o que poderia se chamar: eterna vigilância. Pois, esse tem sido o principal papel exercido pela FAEP, de uma forma independente, corajosa que até surpreende aqueles acostumados a ver entidades se curvarem ao poder político.

Além disso, a FAEP entende que suas ações devem estar vinculadas a mostrar caminhos que agilizem o desenvolvimento sócio-econômico do Paraná. Por esta razão, e por iniciativa própria, ela vem dando fartas contribuições com a elaboração ou a contratação de estudos e pesquisas que avaliam e trazem soluções não só às cadeias dos principais produtos agropecuários, mas estruturais como a logística disponível em nosso território.

O temperamento criativo e irrequieto de Ágide Meneguette move esse estilo de atuação da FAEP e de seus profissionais.

Ao tomar posse na presidência da entidade no último dia 11, Ágide analisou em seu discurso (pg. 4) os desafios desses tempos difíceis da sociedade brasileira.

Índice

Seguro Rural	03
Posse de Ágide Meneguette	04
História - Batalhão de Suez	12
Pecuária	14
Biogás	16
Opinião	19
O Tropeiro	20
MST	22
Safra	24
Notas	25
Mandioca	26
Nota/Leitor em Foco	27
Eventos Sindicais	28
Via Rápida	30

Expediente

FAEP - Federação de Agricultura do Estado do Paraná

Presidente: Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Francisco Carlos do Nascimento, Oraldí Caldato, Ivo Pierin Júnior e Paulo Roberto Orso | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Mar Sakashita | **Diretores Financeiros:** João Luiz Rodrigues Biscaia e Julio Cesar Meneguetti | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santarozza, Lauro Lopes e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes:** Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato Antônio Fontana

SENAR-PR | Administração Regional do Estado do PR

Conselho Administrativo | Presidente: Ágide Meneguette - FAEP | **Membros Efetivos:** Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR | **Conselho Fiscal:**

Sebastião Olímpio Santarozza, Paulo José Buso Junior e Jairo Correa de Almeida | **Superintendência:** Humberto Malucelli Neto

Boletim Informativo | Coordenação de Comunicação Social: Cynthia Calderon | **Editor:** Hélio Teixeira | **Redação e Revisão:** Hemely Cardoso, Katia Santos e André Amorim | **Projeto Gráfico e Diagramação:** Diogo Figuel | **Ilustração:** Icaro Freitas

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Peça-se citar a fonte.

Fotos da edição 1293: Fernando Santos, Gislon Abreu, Agro S/A, Arquivo FAEP e Divulgação

FAEP protesta contra paralisação do Seguro Rural

Na última semana, o presidente da FAEP, Ágide Meneguette encaminhou um ofício à bancada paranaense no Congresso Nacional, aos ministérios da Agricultura, Fazenda e Desenvolvimento Agrário, além da Superintendência de Seguro Privado. O objetivo foi pedir a liberação urgente de recursos para subvenção ao prêmio do seguro rural. Leia abaixo:

“Os produtores rurais brasileiros correm o risco de não terem acesso ao seguro rural este ano porque o governo federal ainda não liberou os recursos e nem definiu as regras de acesso ao Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), coordenado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)”.

Sem a subvenção os seguros são inviáveis pelo custo inacessível das taxas de prêmio. Dessa forma, o mercado de seguro rural está paralisado no Brasil!

E o governo federal está em dívida com as companhias seguradoras no montante de R\$ 390 milhões de recursos aprovados no PSR no primeiro semestre do ano passado, além da pendência de R\$ 300 milhões referente ao segundo semestre de 2014.

Os produtores rurais serão cobrados pelas seguradoras para pagarem integralmente as apólices referentes aos R\$ 300 milhões de 2014, caso o governo não honre os compromissos assumidos pela Presidente Dilma Rousseff no lançamento do Plano Agrícola e Pecuário 2014/15.

Para resolver os problemas, solicitamos em caráter de emergência:

Liberação de R\$ 1 bilhão para o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), sendo:

- Empenho imediato de recursos de R\$ 250 milhões para a contratação de seguro no primeiro semestre de 2015;
- Medida Provisória prevendo crédito suplementar de R\$ 300 milhões, visando pagar os atrasos de 2014; e
- Empenho de R\$ 450 milhões para a safra de verão 2015, a ser liberado até junho de 2015.

Certo de contar com a vossa interveniência em favor dos agricultores”.

Ágide Meneguette, presidente do Sistema FAEP

Quem vai pagar a conta?

O receio de produtores e corretores sobre a paralisação do mercado de seguro rural no Brasil



“Nós estamos diante de um impasse por que se governo não liberar os recursos quem vai pagar a conta? O valor do seguro vai ficar muito alto e se tornar inviável ao produtor rural. Vamos retroceder a 2005? É como se fosse matar um filho de 10 anos”

Fábio Rodrigues Ferreira, produtor rural de Cambará.



“Na nossa região os produtores já estão na fase final de comercialização do milho safrinha e trigo e há esse entrave com a liberação dos recursos do PSR. Nós estamos tentando ajustar essa dificuldade com as seguradoras”

Carlos Somacal, corretor da Agri Seg Corretora de Seguros Ltda. de Cascavel

ÁGIDE: OS NOVOS DESAFIOS



Agradeço aos companheiros a recondução da diretoria da FAEP. Meus companheiros de direção e eu nos comprometemos a envidar todos os nossos esforços para cumprir nossa missão de defender política, econômica e socialmente o produtor rural do Paraná. Para mim, particularmente, este trabalho tornou-se uma paixão.

Não o faço por simples obrigação estatutária. Faço porque me dá satisfação, porque me dá prazer. Porque me sinto realizado quando a Federação conquista uma vitória, obtém um avanço, se faz reconhecida.

Desta forma, tenham a certeza, a FAEP manterá o seu rumo e continuará sendo um baluarte nos enfrentamentos que sempre a desafiaram.

Muito obrigado por esta prova de confiança.

A partir de agora, temos novos desafios. Em face das circunstâncias que se abatem sobre o país, obriga-nos a uma nova maneira de nos posicionarmos.

É preciso reconhecer que o setor rural depende não apenas do clima e das variações internacionais de preços. Depende muito mais, que os outros setores, de políticas de governo.

Por esta razão temos mantido parcerias com o governo do Estado, quer oferecendo propostas, quer mostrando o que ele precisa fazer para que a agropecuária possa dar a sua contribuição econômica e social para o Paraná.

Nossas propostas têm feito parte das sugestões que enviamos ao governo do Estado para que fizesse parte do seu Plano Administrativo.

A criação das agências de Desenvolvimento e de Defesa Sanitária, a Adapar, no período passado, foi gestada dentro da FAEP.

Sempre que consideramos necessário vamos ao governo indicar este ou aquele caminho, colocar nossos esforços em ações conjuntas, como é o caso do Plante Seu Futuro e outros programas importantes para nosso setor.

As circunstâncias, contudo, vão limitar a ação do Estado nos próximos meses, mas a agropecuária não pode esperar. As estações do ano, as épocas de plantio não dependem de leis ou decretos. Dependem da natureza e é ela a nossa principal condutora. Porém, é preciso agir e para isso estamos oferecendo ao governo do Estado, através da Secretaria da Agricultura, um curso montado pelo

SENAR-PR para formar profissionais do Estado na elaboração e gestão de projetos.

Não só no orçamento da União, mas em várias instituições internacionais, existem recursos que podem ser acessados com um convincente projeto, como foi o Paraná Doze Meses e vários outros, em governos anteriores. O Banco Mundial existe para isso. Mas é preciso ir buscar o dinheiro. Ele não cai no nosso colo por simples desejo.

Países desenvolvidos também possuem fundos destinados a economias emergentes. Mas também eles exigem projetos bem elaborados e, sobretudo, uma boa administração dos recursos disponibilizados.

Também através do SENAR-PR, estamos preparando um curso para a formação de técnicos em extensão rural para multiplicar

“É preciso agir e para isso estamos oferecendo ao governo do Estado, através da Secretaria da Agricultura, um curso montado pelo SENAR-PR para formar profissionais do Estado na elaboração e gestão de projetos”.

a assistência aos produtores rurais. Destina-se não apenas aos técnicos oficiais, da Emater, da Adapar, mas também aos profissionais liberais ou empresas de assistências técnica que se dispuserem a frequentar o curso, que será gratuito.

Não adiante apenas a capacitação do trabalhador e do produtor se não houver um acompanhamento profissional para obter o melhor resultado possível.

Como nossa fronteira agrícola já foi totalmente incorporada, para que haja desenvolvimento da agropecuária é preciso investir na produtividade e na diversificação, através da utilização de modernas tecnologias.

Nossos laços com o governo do Estado, com tais objetivos, devem se estreitar e a Federação, em face da situação econômica e financeira do Estado, deve ter uma participação ainda mais relevante.

Quanto à União, as coisas são diferentes.

Em primeiro lugar não temos um governo amigável. Suas posições sectárias acabam se traduzindo em conflitos ou em dificuldades.

Na verdade a agropecuária depende muito mais do governo federal que do governo do Estado.

É no federal que são formuladas as políticas de crédito, de seguro, de câmbio e de comércio exterior.

Dependemos do federal para os investimentos na maior parte da infraestrutura: a ferrovia que não é construída, as rodovias com pista única e a falta de solução para o porto.

Até para uma solução do pedágio e da duplicação do Anel de Integração dependemos de uma assinatura federal, uma vez que a maior parte das rodovias pertencem à União.





**“Em cada lar a crise e a
corrupção roubam renda,
roubam perspectiva.
Roubam sonhos. ”**

Em todo o caso, vamos continuar a pressionar o governo do Estado a submeter o projeto de redução do preço do pedágio e as obras de duplicação imediatamente.

Não é possível esperar mais por estas obras. Não é apenas o custo do transporte para escoamento das safras, mas também as milhares de mortes em acidentes de trânsito por conta de pistas simples para um tráfego cada vez mais intenso.

Embora as eleições tenham passado, este continuará sendo um ano politizado por conta da crise e da corrupção.

Essas tragédias não se desenrolam apenas no Congresso Nacional e no Poder Judiciário. Elas – a crise e os efeitos perniciosos da corrupção – nos alcançam em todos os lugares e a todo o momento.

As empresas – e cada um de nós produtores rurais somos uma empresa – se ressentem do aumento do custo de produção e das incertezas políticas.

Em cada lar a crise e a corrupção roubam renda, roubam perspectiva. Roubam sonhos.

O que será deste país caso não haja uma solução, seja ela pelas mãos de um Levy ou por decisões justas e rápidas do Supremo Tribunal Federal.

Vejam o que ocorreu com a greve dos caminhoneiros, que paralisou o país. A greve resulta de políticas erradas que o governo federal adotou nos últimos anos. Não é o caso de colocar a culpa de nossos prejuízos na conta dos caminhoneiros. A culpa é do governo

federal que, além dos desmandos, não soube negociar com os grevistas no momento certo, nem com as propostas certas.

Nosso setor teve grandes prejuízos, principalmente os criadores de aves e suínos e os leiteiros. A FAEP procurou contornar a situação e pessoalmente estive em Brasília, negociando com deputados da Frente Parlamentar da Agricultura uma intervenção junto ao governo para encontrar uma solução urgente.

Este é o quadro do Brasil de hoje.

Este é daqueles momentos da História em que a opinião e a participação de cada um dos brasileiros se faz indispensável, seja se posicionando, seja vigiando os Poderes da República, seja se manifestando abertamente.

Estar alerta e agir quando precisar é o preço que pagamos para resguardar nossa liberdade e a democracia.

Para ter um panorama como está nossa economia, principalmente a agropecuária e o agronegócio, convidamos para a palestra de hoje o economista Alexandre Mendonça de Barros, que quase todos nós conhecemos de outras conferências e a quem admiramos pelo seu conhecimento e sua análise crítica.

Para que possamos nos posicionar, é preciso conhecer a realidade e os desdobramentos das ações de nossos governantes.

Convidamos também, o novo secretário do Planejamento do Paraná para nos explicar como vai ser o planejamento neste novo período administrativo. O secretário Silvio Barros é um craque no assunto, como demonstrou à frente da prefeitura de Maringá, onde despontou como um dos melhores prefeitos do Brasil.

Novamente, em nome de meus companheiros e em meu próprio, meus agradecimentos pela confiança para um novo período à frente da FAEP.

Muito Obrigado

Ágide Meneguette, presidente do Sistema FAEP

CHAPA - FAEP

Presidente: Ágide Meneguette

Vice-Presidente: Guerino Guandalini

Vice-Presidente: Nelson Teodoro de Oliveira

Vice-Presidente: Francisco Carlos do Nascimento

Vice-Presidente: Oradi Caldato

Vice-Presidente: Ivo Pierin Júnior

Vice-Presidente Paulo Roberto Orso

Diretor Secretário: Livaldo Gemin

2º Diretor Secretário: Mar Sakashita

Diretor Financeiro: João Luiz Rodrigues Biscaia

2º Diretor Financeiro: Julio Cesar Meneguetti

Suplentes de Diretoria

Nelson Natalino Paludo

Ivo Carlos Arnt Filho

Anton Gora

Narciso Pissinatti

Ivonir Lodi

Derossi de Jesus Pacheco Carneiro

Mesaque Kecot Veres

Aristeu Sakamoto

Lourival Roberto da Silva Góes

José Mendonça

José Distefano Neves

Conselho Fiscal

Efetivos

Sebastião Olimpio Santarozza

Ana Thereza da Costa Ribeiro

Lauro Lopes

Suplentes

Braz Reberte Pedrini

Paulo José Buso Junior

Ciro Tadeu Alcantara

Delegados Representantes

Ágide Meneguette

João Luiz Rodrigues Biscaia

Francisco Carlos do Nascimento

Renato Antônio Fontana

Ágide: baixar a tarifa e duplicar o anel da integração

Ágide Meneguette, desafiou o governo do Estado a encontrar rapidamente uma solução para a redução das tarifas de pedágio e para a duplicação do Anel de Integração. Ele sugeriu, em seu discurso de posse na presidência da FAEP (2015/2018), que as lideranças políticas e empresariais ajudem a pressionar o governo federal, porque do total de 2.197 quilômetros de rodovias pedagiadas, 1.547 quilômetros são federais concessionadas, logo depende da presidência da República uma renegociação dos contratos.

“Não importa que seja necessário ampliar o prazo de concessão por 10 ou 20 anos; pouco importa quem é a concessionária, desde que cumpra o contrato e seja rigorosamente fiscalizada pela Agência Reguladora do Paraná, a Agepar”, disse ele.

Para o presidente da FAEP, “não é possível esperar mais por estas obras de duplicação do Anel. Não é apenas o custo do transporte para escoamento das safras, mas também as milhares de mortes em acidentes de trânsito por conta de pistas simples para um tráfego cada vez mais intenso”.

O Paraná, segundo ele, vem sendo nos últimos anos o “patinho feio” da Federação nos investimentos em infraestrutura, “porque elas simplesmente não saem do papel, serviram apenas para marketing, propaganda”, lembrou.



Um Raio-X da economia

Análise do consultor Alexandre Mendonça de Barros demonstra que, em um cenário de desastre econômico, o agronegócio brasileiro é salvo pela alta do dólar, mas até quando?

Por André Amorim / Foto Fernando Santos



“A contribuição do resto do mundo para o Brasil é positiva, mas se você olha a economia brasileira, é um show de horrores”. A frase do consultor da MBAgro, Alexandre Mendonça de Barros, doutor em economia aplicada, ilustra bem a situação vivida pelo país nos últimos meses. Convidado para apresentar um quadro da conjuntura agropecuária para uma plateia formada por presidentes e lideranças paranaenses durante a posse da nova diretoria da FAEP, ele apontou riscos e oportunidades para o agronegócio brasileiro em meio a um cenário bastante paradoxal, onde “todas as variáveis macroeconômicas estão fora do lugar”.

Segundo Barros, o mundo está passando por importantes mudanças que terão forte impacto na atividade agropecuária brasileira. A principal delas é a recuperação dos EUA após a recessão de 2008. Para tanto, o governo norte-americano estimulou o consumo e reduziu o custo do capital. Após um primeiro ciclo de desvalorização do dólar, com a impressão violenta da moeda, o país entrou num segundo ciclo, onde ela passou a ficar mais valorizada. “A economia americana reencontrou sua trajetória de crescimento a longo prazo”, observa.

No Brasil, o desequilíbrio econômico é profundo. A previsão de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) para este ano é de -1%, podendo chegar a -3%, segundo o analista. Enquanto a economia encolhe e a inflação bate na casa dos 8%, o governo sobe a taxa de juros, dificultando ainda mais o fechamento das contas públicas. Esse quadro leva a uma situação paradoxal, segundo o analista: “Como é que a economia está indo tão mal e a agricultura não está sofrendo tanto?”, questiona.

No presente momento, os produtores brasileiros gozam de uma situação fora do comum. Enquanto o preço das principais commodities despencou na Bolsa de Chicago, a alta do dólar em relação ao real

“É vergonhoso o governo falar que a crise interna é reflexo de uma crise internacional. Sob qualquer critério que você queira ver, é uma mentira completa”.

manteve altos os preços para as vendas dos produtos brasileiros. Nesse caso, segundo o analista, “o desequilíbrio econômico brasileiro salvou a safra”. É bom lembrar, porém, que este deve ser um efeito passageiro. “Já esticou demais (o preço do dólar)”. O real se desvalorizou sem que a taxa de juros nos EUA tenha subido. “Provavelmente em 2015/2016 esses juros devem voltar a subir”, prevê.

Este, segundo Barros, é o único reflexo positivo da condução econômica do governo federal. Suas consequências, em curto prazo são o aumento da carga tributária para promover o ajuste fiscal e a diminuição da oferta de crédito. “Os bancos estão refratários e o BNDES não terá os aportes do Tesouro que teve anteriormente”, analisa.

Para o analista, o cenário político é o grande empecilho para que este e outros problemas venham a ser resolvidos. “Se o (ministro da Fazenda) Joaquim Levy está fazendo um ajuste fiscal grande e o Congresso joga contra, então a tendência é de muita tensão. Enquanto esta tensão estiver premente, o câmbio pode subir”, afirma.

Além da falta de capacidade de articulação política, o governo federal abusa da lógica e desrespeita a inteligência do povo brasileiro ao buscar fantasmas para explicar o encolhimento da economia. Questionado por um dos presentes sobre a explicação da presidente Dilma que – em cadeia nacional - atribuiu a má fase da economia a uma suposta crise externa, respondeu: “É vergonhoso o governo falar que a crise interna é reflexo de uma crise internacional. Sob qualquer critério que você queira ver, é uma mentira completa”.

Para Barros, o caminho para um ajuste sério, se houver comprometimento – leia-se condições políticas – levará no mínimo três anos. “Esse é o maior ajuste fiscal desde o plano real. Não é um desenho bonito de país”, avalia.

Soja

Quando questionado pelos participantes sobre o cenário futuro para a soja, Barros avalia que o mercado vai ficar estável. Ele

calcula que a safra brasileira será em torno de 92 milhões de toneladas, um pouco abaixo da previsão da Conab, o que não mudaria muito o quadro internacional de preço da oleaginosa. No curto prazo talvez o preço caia um pouco porque a safra brasileira vai começar a escoar de fato. “Mas a conversa toda nos próximos meses é: quanto os EUA vão plantar?”, questiona. Segundo ele, houve um encolhimento na área plantada de todas as culturas nos EUA, inclusive a soja. “O preço em dólar caiu muito, as margens dos produtores ficaram muito mais comprimidas”, explica. “O preço da soja vai depender da curva de câmbio”.

Fertilizantes

“Houve uma acomodação no preço das commodities, mas não vimos uma queda proporcional no preço dos fertilizantes”, observa Barros. Ele acredita que os preços em dólar não devem cair. Segundo ele, a China abriu a janela de exportação de fertilizantes, possivelmente para tributar esses produtos em um futuro próximo, o que iria encarecer estes insumos.

Para o analista, a indústria brasileira de fertilizantes tem um dilema pela frente, pois os produtores estão deixando as compras para depois. “Nos últimos quatro anos as empresas traziam o adubo já vendido, agora vão ter que trazer e depois vender”. “Se o produtor empurrar com a barriga a decisão da compra, vai ser uma correria na hora da entrega. Isso quer dizer que na boca da safra pode aumentar o preço dos fertilizantes”, avalia.

Leite

No caso dos lácteos, o analista observa uma queda no preço, saindo do patamar de US\$ 5 mil para US\$ 3 mil a tonelada. “Se o câmbio ficar onde está, o preço equivalente ao leite interno vai ser R\$ 1,10, o que é bem razoável”. Na sua opinião, o mercado está sentindo que o consumidor não está mais comprando tanto produtos nobres, como iogurtes, etc. “O consumidor está baixando o padrão. O aperto de renda está cobrando o seu preço”, diz.

Carne bovina

No que se refere à carne bovina, Barros é muito otimista com o mercado. Grandes produtores, como Austrália e EUA estão com os menores rebanhos em muitos anos. “Falta carne no mercado internacional. Aqui, com a desvalorização do dólar, fica barato produzir”, avalia. Na opinião do analista “Nunca vi um ano tão favorável para abrir novos mercados para a carne brasileira”.

Ortigara: “Ajuste Fiscal cavalari”

Secretário da Agricultura explica que 91% da receita é gasto com pessoal



Diante das lideranças sindicais presentes à posse da diretoria da FAEP, o secretário Norberto Ortigara, da Agricultura, abordou várias questões envolvendo a economia do Estado. Resumo do seu relato:

No primeiro mandato do Beto a massa salarial cresceu 80%. Tinha muita coisa represada, categorias insatisfeitas, coisas que não avançavam e que deram um gasto adicional com pessoal. Isso inclui R\$ 4 bilhões a mais com previdência e R\$ 2,5 bilhões adicionais de despesas garantidas constitucionalmente a outros poderes. Um direito dado pela democracia, um direito deles.

As perdas foram agravadas pelo retardamento do IPVA que sempre é receita de janeiro/fevereiro e dá um bom dinheiro

para o Estado. Há um ajuste fiscal cavalari sendo feito no Paraná. Cavalari. Mais uns três ou quatro meses e saímos dessa. Em abril entra o IPVA, em maio a primeira leva do ICMS e só com a tributação da gasolina e do etanol dá uma boa grana, por exemplo.

O Paraná hoje gasta 91% das suas receitas tributárias próprias com pessoal, se somar os poderes todos dá mais de 105%. O esforço que se faz é em pagar bem, reconhecer o esforço do servidor, implantar a meritocracia. Pagar bem, mas tem que trabalhar. O Beto colocou pra dentro do Estado 23 mil professores, 10 mil policiais. O Paraná tinha o menor efetivo per capita da Brasil ou seja, insegurança no campo e na cidade e por isso que a folha cresceu.

Queremos o Estado investindo mais. Dinheiro do contribuinte destinado a fazer obras, ações que resultem em melhor serviço para a população.

Esse é o desafio do governador. Ninguém é idiota ou trouxa de pegar um capital político, uma eleição ganha no primeiro turno e queimar por conta de fazer maldade. Isso não existe. A ideia era mexer em coisas arraigadas, em algumas feridas, em alguma regalias, mas foi mal explicado e mal posicionado.

No agronegócio, por exemplo, estamos tratando com o MAPA e com os demais Estados o aproveitamento daqueles mercados que estão abertos para nós se tivermos competência e provarmos que estamos bem. Precisamos fazer umas casinhas na beira do Paranapanema e do Rio Paraná para o controle de trânsito de produtos e botar alguns profissionais já concursados para melhorar nossa capacidade de ação.

Estamos no sufoco, temos recebido muita ajuda. Ou a gente faz isso, ou, vamos esperar um ou dois anos bebendo água suja. Os catarinas estão no mercado japonês, americano e a gauchada receberão a honraria de área livre de peste suína pela OIE. E a gente não consegue, por falta de trocados.

“O Governo não é mero gestor de RH”

Secretário de Planejamento quer o governo em questões estratégicas



O governo paranaense perdeu a batalha da comunicação. Ao propor uma avalanche de medidas à Assembleia Legislativa, sem explicar à população e aos seus servidores, de forma transparente, como estava a deterioração das contas, botou gasolina no incêndio. A mídia escarafunchou os detalhes do tal pacote e o PT que controla a Associação dos Professores percebeu um belo rastilho para bater e desgastar o governador. Uma óbvia questão política foi esquecida: a cada ação, uma reação, e deu no que deu.

Como a vida continua, o secretário do Planejamento e Coordenação Geral do Paraná, Silvio Barros, esteve na posse da Diretoria da FAEP, defendeu o equilíbrio fiscal com o aumento de receita e redução de despesa. Segundo ele, há meios de se conseguir o ajuste sem penalizar o setor produtivo com o aumento de impostos. “A solução é a eficiência fiscal buscando, por exemplo, resgatar os inadimplentes que penalizam os que pagam os impostos e são prejudicados em sua competitividade”.

Barros defendeu que o governo não se transforme num mero gestor de recursos humanos, mas que trabalhe em questões

estratégicas que são efetivas para a produção, como a necessidade de investimentos.

Usou o exemplo da Coamo, com quem se reuniu, para tentar entender a lógica de uma cooperativa do tamanho da Coamo, com expressão global, “construir um porto em Santa Catarina, porque não consegue resolver o problema no Paraná”.

Ao setor do agronegócio, que exige um conjunto de investimentos importantíssimos para sua sobrevivência, lembrou que “a logística é uma peça extremamente importante nesse contexto. O pedágio é um elemento importante. O transporte, a condição das rodovias, o nosso porto com condições para exportação”.

A crise hídrica na região Sudeste deve se prolongar por vários anos, o que tem levado empresas a procurarem outros locais para produzir, segundo ele. “Momentos de crise são também de oportunidades”, disse. Assim, o governo buscará mecanismos para atrair ao Estado empresas não apenas por essa eventual questão hídrica que aqui hoje não acontece – tema, aliás que exige especial atenção.

OS BRASILEIROS NO ORIENTE MÉDIO

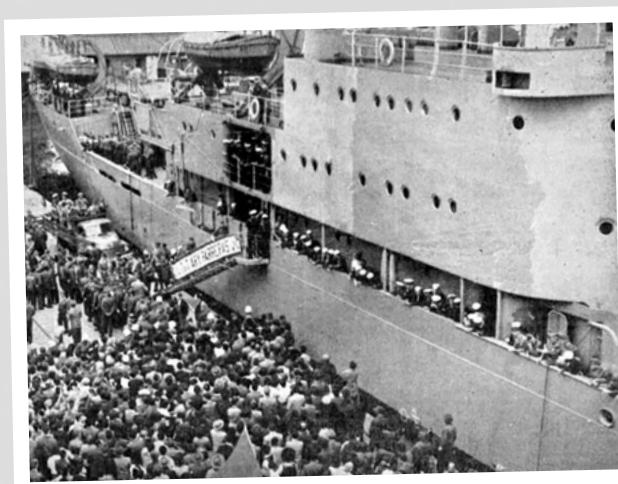
O Batalhão de Suez teve 20 contingentes do Exército

No final do ano que vem a Guerra do Suez completa 60 anos. Foi causada pela nacionalização do canal de Suez decidida pelo presidente egípcio Gamal Abdel Nasser, em 26 de julho de 1956. Isso levou à reação da França e Inglaterra, administradores da região do canal, que armaram Israel para invadir a Península do Sinai.

Como a União Soviética ameaçava apoiar em armas o Egito, houve intervenção da ONU no conflito e foi criada uma Força de Paz integrada pelo Canadá, Brasil, Colômbia, Dinamarca, Finlândia, Índia, Indonésia, Iugoslávia, Noruega, Suécia e Índia.

Na época, jovens que estavam em idade de servir o Exército brasileiro sonhavam em ser incorporados ao Batalhão de Suez pela aventura de estar numa zona de conflito e pelos dólares que eram pagos pela ONU.

O Brasil enviou 20 Contingentes, o primeiro deles chamado Destacamento Precursor, composto de cerca de 80 sapadores, especialistas no desarme de minas, embarcou para a região em janeiro de 1957, em avião da Força Aérea dos Estados Unidos. O grosso do batalhão foi transportado para Suez a bordo do navio da Marinha brasileira Custódio de Melo, e desembarcou em Port Said em 4 de fevereiro de 1957.



As forças brasileiras ficaram estacionadas próximas à cidade de Rafah, instalando seu Quartel-General, num antigo forte inglês nas imediações da cidade, próximo à Faixa de Gaza. Sua principal missão na região era a de patrulhar as fronteiras da linha de demarcação entre árabes e israelenses e limpar os campos de minas no deserto.



De sete em sete meses havia um revezamento das tropas do Batalhão e cerca de 6.300 homens, principalmente do Rio de Janeiro e Paraná permaneceram por 10 anos na região.

Sete soldados brasileiros morreram durante os anos da presença militar no local, entre 1957 e 1967, seis deles por acidentes e “fogo amigo” e um envolvido em troca de tiros entre árabes e israelenses. Um soldado canadense também foi fuzilado por soldados brasileiros ao ser confundido com um invasor comum.

No dia 5 de junho de 1967, às 9 horas da manhã, jatos Mirage – de fabricação francesa – do exército israelense cortaram o espaço aéreo egípcio lançando um ataque devastador, iniciando a chamada Guerra dos Seis Dias, que aniquilou boa parte das defesas inimigas, os soldados brasileiros ficaram no meio do tiroteio, porque a ONU atrasou a informação do ataque israelense. O cabo Adalberto Ilha de Macedo foi morto.

O retorno definitivo das forças ao Brasil se deu em 13 de junho de 1967, logo após o fim da Guerra dos Seis Dias. Em 1988, a UNEF (Força de Emergência das Nações Unidas - ONU), os chamados Boins Azuis, receberam a outorga do Prêmio Nobel da Paz.

Do Oriente Médio ao Haiti

As Forças Armadas brasileiras participaram, desde 1956, de 47 missões de paz, a primeira foi o Batalhão Suez. Estima-se que mais de 32 mil militares brasileiros estiveram nessas atividades baseadas na Constituição Federal. Elas só acontecem se forem atendidas algumas condições — a principal delas a aceitação, por parte dos países ou das facções envolvidas no conflito, da presença de observadores ou militares estrangeiros em seu território.

A principal missão ainda ocorre no Haiti, onde desde 2004 estão os militares brasileiros. Hoje são 1.173 soldados e estima-se que o governo brasileiro já gastou perto de R\$ 2,5 bilhões, dos quais a ONU teria ressarcido R\$ 742 milhões. A partir deste ano, a ONU come-

ça a retirada gradual dos militares dos 13 países que compõem a missão. O governo brasileiro também abriu as fronteiras para a entrada de haitianos no território nacional.

Há ainda militares do Brasil em missão de paz no Equador, Peru, Colômbia, Saara Ocidental, Costa do Marfim, Libéria, Timor Leste Líbano e Chipre.



O Canal de Suez

O Canal de Suez foi construído entre 1859 e 1869 e é o mais longo do mundo, com 163 Km de extensão, ligando o porto egípcio de Port-Said, no Mar Mediterrâneo, ao Porto de Suez, no Mar Vermelho. Assim tornou-se um importante caminho comercial que permite ligar a Europa à Ásia sem precisar fazer o contorno pelo continente africano.

Em 1952, um grupo de militares liderados pelo coronel Gamal Abdel Nasser, inconformados com a submissão do Egito à política imperialista da França e Inglaterra, derrubou o rei Faruk, estatizou empresas estrangeiras, se aliou à União Soviética, fechou o importante Porto de Eliat e nacionalizou o Canal de Suez, quatro anos depois, no mês de julho.

Com a medida egípcia, Israel ficou sem a possibilidade de irrigação do deserto de Negev e perdeu seu contato com o Mar Vermelho. França e Inglaterra perderam o espaço de influência na economia do Egito e um importante mercado consumidor. Os israelenses prepararam a retaliação e no dia 29 de outubro de 1956 promoveram a invasão militar a península de Sinai. Ao mesmo tempo grupos de paraquedistas franceses e ingleses tomaram Port-Said. A guerra durou duas semanas e os egípcios saíram derrotados. O Canal de Suez voltou a ser liberado apenas no dia 10 de abril de 1957.



Recuperação da pecuária em morros

MAPA fará acompanhamento técnico de projeto de pastagens

Por Katia Santos



O Agrônomo Jean Mezzalira com o produtor e presidente do Sindicato Rural de Guaraniçu, Mauro Antônio Alamini, durante a visita técnica.

Para incentivar o desenvolvimento da cadeia produtiva da carne bovina no Paraná, a FAEP encomendou, em 2013, um estudo a uma equipe de professores da Universidade Federal do Paraná (UFPR). O trabalho intitulado “Diagnóstico dos Entraves da Pecuária de Corte paranaense e suas recomendações de ações para o seu desenvolvimento sustentável”, trouxe, além de um raio-X do setor, recomendações que poderiam ser adotadas como mecanismos de desenvolvimento da cadeia.

As discussões apresentadas foram divididas por público: consumidor, varejo, distribuidor, frigorífico, facilitadores de negócio ou intermediários, produtores rurais e fornecedores. Entre os problemas apresentados pelos produtores rurais no relatório destacava-se: “a falta de um modelo tecnológico eficiente para a pecuária nos morros do Paraná, que é para onde a atividade está se deslocando, por não ter competitividade com a agricultura em áreas mecanizáveis. Por modelo tecnológico entende-se a possibilidade de operações

mecanizadas em pastagens nas áreas mais declivosas. Isto resulta em pastagens com baixa capacidade de lotação e, portanto, com baixa produtividade em kg de carne/ha/ano”, apontou o documento.

Na busca por uma solução para essa questão, um grupo de produtores rurais da região Oeste, envolvendo os Sindicatos Rurais de Cascavel, Guaraniçu, Nova Laranjeiras e Catanduvas, em conjunto com a unidade do Instituto Agrônomo do Paraná (Iapar) de Santa Tereza do Oeste, Conselho Regional de Medicina Veterinária (CRMV) e Emater iniciaram um projeto voltado para a Recuperação de Pastagens Degradadas em Áreas Declivosas.

As primeiras experiências foram feitas em 2014, com a adaptação de uma máquina que consegue lançar insumos como calcário, gesso, fertilizantes e sementes a uma distância de 18 a 30 metros em áreas declivosas. O desenvolvimento da máquina é coordenado pelo engenheiro-agrônomo e pesquisador do Iapar, Elir de Oliveira.

Apoio do Ministério

Enquanto aguardavam a compilação da pesquisa os produtores rurais se dedicaram à divulgação dos primeiros resultados e conseguiram apoio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para a continuidade do estudo. De 2015 a 2018, as quatro propriedades, que utilizaram a máquina e iniciaram a recuperação de áreas declivosas destinadas a pastagens, serão acompanhadas por um grupo de técnicos contratados pelo ministério. A intenção do MAPA é que essas propriedades se tornem referência em todo o país.

O projeto de recuperação de pastagens em áreas declivosas foi incorporado ao Programa de Produção Integrada de Sistemas Agropecuários em Cooperativismo e Associativismo Rural (Pisacoop). O programa criado dentro do Departamento de Cooperativismo e Associativismo Rural da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo (Denacoop/SDC/MAPA) visa, entre outras coisas, o desenvolvimento econômico das regiões por meio de sistemas de produção sustentáveis. A Agricultura de Precisão - que utiliza novas ferramentas e tecnologias aplicadas - é um dos sistemas empregados.

No Paraná serão avaliadas 50 propriedades que produzem leite, 10 que produzem hortifruti e quatro de gado de corte.

“A princípio foram incorporadas quatro propriedades ao contrato, de cooperação, mas temos a possibilidade de incluir mais duas. É importante frisar que a iniciativa da FAEP de fazer o diagnóstico da cadeia de bovinocultura foi fundamental para sairmos em busca de possibilidades e soluções. O documento funcionou como um norte, um rumo a ser percorrido”, comenta o presidente do Sindicato Rural de Cascavel, Paulo Roberto Orso (foto).



Como será feito

A primeira etapa do acompanhamento foi feita entre os dias 10 e 11 de março nas quatro propriedades de gado de corte. “Fizemos uma avaliação de 300 itens em cada propriedade (dados produtivos, espécie de plantas, recursos naturais, maquinário, etc). A partir da análise desses dados vamos apresentar um diagnóstico ao produtor e discutir um plano de ação para que ele se torne sustentável”, explica o engenheiro-agrônomo e supervisor técnico do trabalho no Paraná, Jean Carlos Mezzalira.

De acordo com o convênio estão previstas visitas técnicas de acompanhamento nas propriedades a cada 45 dias, totalizando oito visitas ao longo do ano. “Fizemos este cronograma para termos duas visitas a cada estação e assim acompanharmos o desenvolvimento das forragens de pasto. O objetivo é evitar o vazio forrageiro que acontece no outono e na primavera”, completa o coordenador.

O agrônomo, que tem pós-doutorado no assunto, informa que será aplicado nas propriedades o método de Pastoreiro Rotatínuo (rotativo e contínuo), criado na Universidade Federal do Rio Grande Sul, em 2007 pelo grupo de Pesquisa de Ecologia e Pastoreio do qual ele fez parte.

“Fizemos este cronograma para termos duas visitas a cada estação e assim evitar o vazio forrageiro que acontece no outono e na primavera”, diz Mezzalira.

A proposta é orientar o produtor no sentido de que ele tenha informações técnicas para driblar as dificuldades de produção de alimento para os animais. Uma das estratégias é escalonar o plantio de pastagens, como, por exemplo: redistribuir as adubações, prolongar o período de uso de pastagens de verão e antecipar o plantio das pastagens no inverno.

“Outras sugestões de como complementar a dieta dos animais e manter a produção também serão apresentadas. Tudo é claro, em consenso com o produtor rural respeitando sua capacidade de investimento e aceitação”, completa Mezzalira.

O especialista explica que o trabalho será feito com base em um conceito de Produtivismo Sustentável, uma nova linha de pensamento difundido no mundo por pesquisadores do setor que pregam que o produtor que cuida mais colhe mais.

O técnico avalia que a iniciativa dos produtores do Oeste do Paraná vai ao encontro das novas tendências de gestão que levam ao desenvolvimento. “O associativismo parece ser uma obrigatoriedade para o crescimento e evolução do setor agrícola. Esse sistema deixa o produtor mais forte e competitivo”, finaliza.

Biogás: Condomínio Ajuricaba

Por Hemely Cardoso



No começo de 2010, reunido com um grupo de moradores na região de Ajuricaba, em Marechal Cândido Rondon, região Oeste do Paraná, o produtor Eldo Matte, ouviu de um técnico da Emater o conselho para que implantasse um biodigestor para gerar energia na propriedade de 25 hectares. Embora tivesse pouca informação sobre o equipamento capaz de transformar o dejetos em gás metano e o gás em energia elétrica, tratava-se de um desafio interessante e o alemão resolveu levar a sugestão adiante.

Ele, junto a 32 produtores da região, cortada pelo córrego Ajuricaba, formaram o Condomínio Ajuricaba, gerenciado pela Cooperativa Coperbiogás. Com o apoio da Itaipu Binacional, o condomínio de biodigestores foi criado para tratar os dejetos das criações de suínos e das vacas dos produtores e evitar a poluição dos rios que vão dar no lago da hidrelétrica. Desde então a água do córrego que recebia toneladas de dejetos produzidos pelos animais se tornou limpa e mudou a realidade na região.

É o que garante Eldo: “Com o biodigestor não tem mais aquele cheiro forte do esterco, não atrai moscas e o biofertilizante é um adubo de excelente qualidade”, relata, com seu jeito brincalhão. Hoje ele arrenda a propriedade para o plantio de soja, milho e à terminação de 400 suínos.

Uma vez por dia, os dejetos dos animais são distribuídos nas canaletas da granja e depois são direcionados à caixa de homogeneização, onde ocorre um processo de diluição. Logo os resíduos seguem ao biodigestor, um reservatório de fibra totalmente fechado, onde são canalizados e sofrem um processo de fermentação em torno de 30 dias. Depois dessa etapa, o biogás é armazenado num balão e o biofertilizante segue a um tanque de lona plástica, o tanque de biofertilizante.

Os dejetos dos suínos na propriedade de Eldo geram em torno de 200 metros cúbicos de biogás por dia. Uma parte é canalizada à Microcentral Termelétrica (MCT) por um gasoduto de 25,5 quilômetros de extensão, que interliga as 33 propriedades do Condomínio Ajuricaba.

A outra parte do biogás produzida é canalizada à cozinha da esposa dele, Helmi Matte, que garante uma economia de pelo menos dois bujões de gás (em média R\$ 47 cada um) por mês. “Por causa do mau cheiro provocado pela granja, o nosso plano era se mudar do sítio. Com o biodigestor, tudo mudou”, comemora Helmi. Durante a entrevista, enquanto o casal se preparava para tirar uma foto ao lado do fogão, Eldo brincou: “Desliga o gás, Helmi! Vamos economizar, está faltando gás por aqui”.

A propriedade famosa



Gedson Vargas: “O biodigestor transformou nossa propriedade”

Assim como ocorreu no sítio de Eldo, muita coisa mudou no Sítio Vargas de 17 hectares, do produtor Gedson Vargas. Lá, entre as duas ordenhas diárias de um plantel com 28 vacas em lactação, o chão de estrebaria fica forrado de dejecto e é na limpeza que tudo escorre para uma canaleta, e no barracão onde os animais descansam, um raspador recolhe todo o excremento. Tudo vai parar em um tanque onde o mexedor homogeneiza a parte líquida com a parte sólida, e é esse material que alimenta o biodigestor.

Integrado ao condomínio desde o início do projeto, em 2009, Gedson produz uma média de cinco metros cúbicos de gás por

dia, desse total 20% é canalizado à cozinha e ao barracão. O restante da energia é canalizada à MCT.

Com a instalação do biodigestor, o produtor conta que ampliou a capacidade do barracão de 11 para 60 animais. Junto com a esposa Elizabet, o filho Giovani e a nora Salete Maria Sander Vargas, produzem em média 470 litros de leite por dia. “Antes do biodigestor, a gente levava até dois dias para limpar a sala de ordenha, algo que hoje fazemos em 15 minutos, com menos mão de obra”, observa Elizabet. O marido emenda: “Sem contar na qualidade da nossa pastagem que melhorou com o uso do biofertilizante”.

Segundo ele, a sua propriedade se tornou referência e um case de sucesso na região. “Já dei entrevista para o Globo Repórter, Globo Rural e outros veículos do país e da região. O biodigestor transformou nossa propriedade”, diz Gedson, todo orgulhoso.

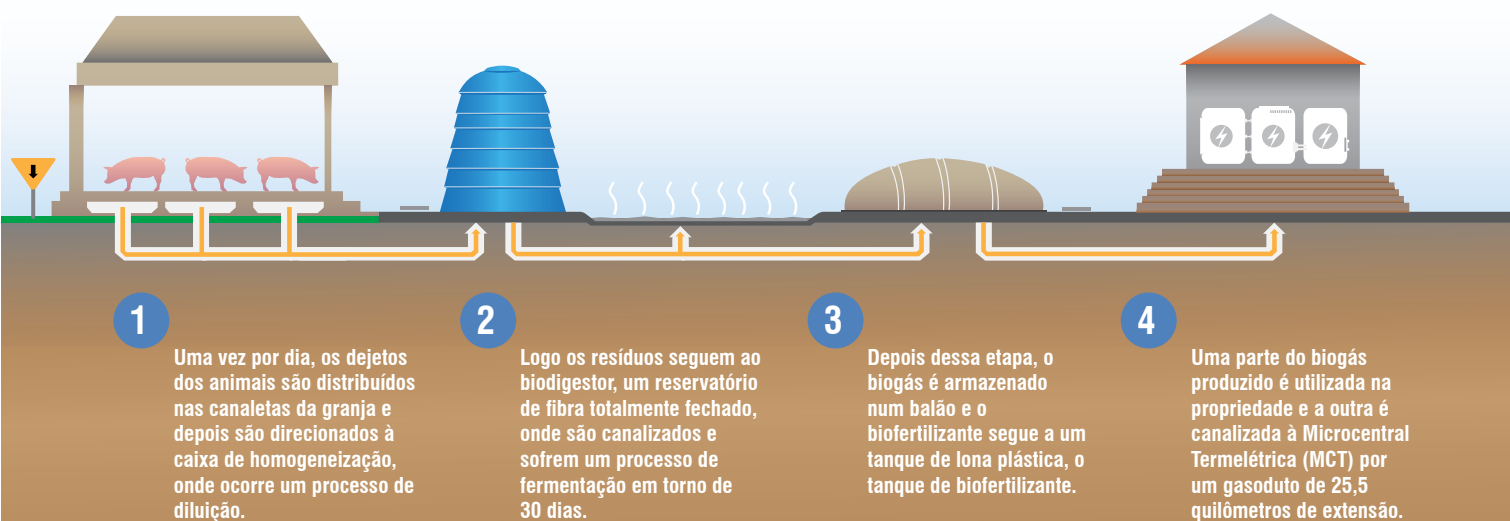
Ajuricaba

O projeto Ajuricaba é desenvolvido pela Itaipu desde agosto de 2009, em parceria com o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater-PR), a Companhia Paranaense de Energia (Copel), a prefeitura de Marechal Cândido Rondon, Embrapa, Movimento Nacional dos Pequenos Agricultores, Instituto de Tecnologia Aplicada e Inovação (Itai) e a Fundação Parque Tecnológico Itaipu (FPTI).

Segundo o superintendente de Energias Renováveis de Itaipu, Cícero Bley Júnior, participam do projeto, atualmente, 33 pequenas propriedades, onde foram instalados biodigestores, ligados por gasodutos a uma MCT.

Do biodigestor, o biogás resultante da decomposição da

Entenda como funciona o processo do Biogás (Condomínio Ajuricaba)



matéria orgânica é levado para um motorizador, capaz de prover energia para as propriedades rurais ou mesmo alimentar a rede pública de eletricidade. A Itaipu entra com os equipamentos e o produtor rural com a mão de obra.

De acordo com Cícero, hoje o condomínio produz, em torno de mil metros cúbicos de biogás por mês e 1,4 quilowatt por hora de energia elétrica. O biogás também está sendo utilizado para secar grãos, o que provocou uma economia aos produtores que antes utilizavam o secador da cooperativa que fica na cidade. O preço cobrado no condomínio é menor que em relação ao da cooperativa.

Através da resolução 482/12, da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), toda a energia gerada pelo condomínio está sendo compensada por outro estabelecimento, no caso a prefeitura de Marechal Cândido Rondon. Isto é, essa energia vai ser descontada da conta de luz da prefeitura, a qual irá remunerar a Coperbiogás.

Biogás

O biogás é um gás resultante da fermentação anaeróbia (em ausência de oxigênio livre do ar) da matéria orgânica. Resíduos vegetais e dejetos de animais, como suínos, aves e bovinos de leite, podem ser tratados com sucesso em biodigestores, produzindo biogás e biofertilizante. Dessa forma, reduzem o poder poluente ao meio ambiente. Cada animal produz uma quantidade diferente de metros cúbicos de biogás por dia. No caso da produção de leite, por exemplo, para cada litro de leite uma vaca produz três quilos de dejetos.

Segundo Cícero, o oeste paranaense concentra 1,5

milhões de suínos, 60 milhões de aves e 300 mil vacas leiteiras. Com esse volume de animais, dá para produzir uma potência energética equivalente a 50 MW.

Ônibus movido a títica de galinha

Em novembro do ano passado, uma reportagem publicada pelo G1 (19/11/2014) na seção Carros chamou a atenção de quem leu a manchete “Ônibus urbano da Scania é movido a... títica de galinha”. Não se trata de uma piada, como a própria matéria sugere, mas do ônibus sueco lançado pela Scania, em parceria com a Itaipu Binacional, movido ao biogás produzido a partir dos dejetos das aves.

Segundo a reportagem, o processo todo começou na Granja Haacke, em Santa Helena, a 100km da Usina de Itaipu. Lá, 180 mil galinhas garantem a produção de ovos e de excrementos. Estes são captados por dutos especiais e levadas a um biodigestor. Então, os dejetos são degradados por colônias de microorganismos e é gerado biogás e biofertilizante. O biometano passa por uma filtragem para eliminar outros gases e garantir 90% de pureza. Depois, são envasados em cilindros e transportados até um posto de abastecimento dentro de Itaipu. “Este ônibus rodou 2.000 quilômetros e transportou cerca de 3.000 pessoas nos circuitos internos da Itaipu, sem nenhum problema relacionado ao combustível. Esses resultados permitem avaliar que para a movimentação rural, tratores e caminhões também há possibilidade de empregar motores a biometano”, observa Cícero que preside a Associação Brasileira de Biogás.



É mais sábio gerenciar a crise

“O sossegado se lembra de que não sabe nadar somente quando a água bate no traseiro”

O Boletim Informativo 1291 da FAEP divulgou uma Nota Oficial sobre “manifestação de caminhoneiros”, evidenciando que os principais motivos foram o reajuste do óleo diesel e os baixos valores recebidos pelos fretes. Foram citados também as consequências e os principais setores afetados em razão dos bloqueios das rodovias que se espalharam pelo país no final de fevereiro e início de março.

Obviamente o Brasil depende do transporte rodoviário (não explora outros setores) para movimentar sua produção agrícola ou industrial, seja para exportar ou importar, notadamente um setor essencial, porém, extremamente vulnerável, em outras palavras o setor é a espinha dorsal para o sistema produtivo do país.

Com exceção da FAEP, que tem demonstrado grande preocupação com o tema em seus boletins informativos bem como em outros veículos de informações, a sociedade como um todo, incluindo aqui as autoridades pouco tem feito em prol ao setor, embora sabedores da necessidade. Destacamos o Estado do Paraná onde milhares de famílias de pequenos produtores rurais dependem diariamente do transporte rodoviário para que seus produtos hortifrúti cheguem ao consumidor final, inclusive no mesmo dia em que se colhe, citamos ainda os milhões de litros de leite, milhões de frangos abatidos diariamente, as toneladas de carne suína, tudo isso fica estagnado se a crise persistir, além da logística que também deixa de chegar a esses produtores para abastecerem seus estoques; o sistema pode chegar a um colapso não mensurado o prejuízo financeiro, será o efeito “dominó”.

Infelizmente, nossa atenção desperta apenas quando nós sentimos as sequelas, se não somos ameaçados, simplesmente fingimos não estar enxergando; como dizia meu saudoso pai “o sossegado se lembra de que não sabe nadar somente quando a água bate no traseiro”. E assim é a crise no setor do transporte, somente após perceber a falta de abastecimento de mercadorias, combustível e outras consequências, fomos capazes de notar o que os caminhoneiros vem ano a ano sofrendo e fazendo malabarismo para superar as dificuldades. Diante

dessa situação, agora aparecem autoridades, representantes sindicais, indústrias entre outros, tentando convencer a categoria que existem outras formas de reivindicarem e que a medida adotada mais prejudica que beneficia.

Pois bem, se somos extremamente dependentes deste setor, porque deixamos ficar na agonia da morte para iniciar o restabelecimento da saúde com doses homeopáticas? Sem querer entrar no cenário político nacional (ficaria muito extenso), estamos vendo nossos representantes mais vigilantes e atentos se esquivarem e se protegerem das acusações de desvios de verbas, desmandos políticos, protecionismo entre outras falcatruas ao invés de se preocuparem com o desenvolvimento estrutural da nação, uma verdadeira farra do particularismo e fisiologismo político. Precisam aprender que evitar uma crise é mais sábio que gerenciá-la.



Luiz Gomes dos Santos,

Economista e pequeno produtor rural em Nova América da Colina (PR)

O tropeiro de 101 anos de vida

Por Kátia Santos



Da varanda do Rancho do Tropeiro Velho, em Porto Amazonas, a 76 quilômetros de Curitiba, Otávio dos Reis, 101 anos, é um dos poucos remanescentes do tropeirismo, que nos séculos XVIII a XIX foi o instrumento do comércio e de colonização no Sul do país. Natural da mesma Porto Amazonas, na sua simplicidade ele ainda lembra as emoções e perigos vividos nas longas jornadas em cima do lombo de um cavalo ou de uma mula.

Seu Otávio ingressou na vida de tropeiro aos 14 anos e recorda como ele e os companheiros enfrentaram a adversidade. “A gente dormia ao relento. Quando comecei a viajar não tinha agasalho, só depois é que fui ganhando meu dinheiro e comprando. Os peões mais velhos o cercavam à beira da fogueira para me proteger do frio. Quando chovia me molhava inteiro. Só depois de dois anos é que consegui comprar minha primeira capa (da marca Três Coqueiros feita com um feltro especial que não molhava) e um chapéu Ramezoni XXX”, diz.

As tropas podiam ser de mulas e cavalos, segundo o tropeiro, são animais dóceis que obedeciam ao ‘cincerro’ uma espécie de sino, ou as de bois, animais que se dispersam mais.

“Comecei como peão, mas logo passei a madrinheiro, aquele que vai à frente puxando os animais. Tanto na tropa de mula

ou de bois o rei era o cozinheiro. Eles cozinhavam bem, mas eram muito exigentes. Se tivesse seis qualidades de comida tinham que ter seis panelas. Para comer tinha que fazer fila, cada um pegava o prato com a mão esquerda e segurava a tampa da panela com o dedo mindinho enquanto se servia, depois tinha que fechar a panela. Ninguém podia passar a tampa para o colega de trás, até o patrão era fiscalizado”, conta Reis.

Nas muitas viagens que fez, às vezes passava mais de seis meses longe de casa. “A maior boiada que eu toquei foi com 1.200 bois de Campo Grande a Presidente Epitácio (SP). Nesse trajeto tínhamos que passar pelo Rio Paraná de balsa. Às vezes, só para esperar para fazer a travessia levava dois dias, tínhamos que esperar a vez. Quando chegávamos a São Paulo era uma maravilha, os paulistas eram bem caprichosos. No local de pouso tinha os maços de lenha para a fogueira e os postes para esticar as redes tudo organizado”.

Outro roteiro muito comum nos dias de peleja de ‘Seu Otávio’ era Viamão (RS)/Sorocaba (SP) por onde conduzia mulas. “Se as mulas fossem novas o trajeto levava de 2 a 3 meses se fossem criadas fazíamos em menos de dois meses”.

“Mágoa de Boi”

Seu Otávio foi casado duas vezes, a primeira mulher, era professora e se chamava Herna Albertino Barh, morreu em seus braços após dois anos de casados de mal súbito. “Ela era de Palmeira, seu pai tinha uma bodega e organizava bailes foi onde eu a conheci” relembra Reis com olhar emocionado.

A segunda esposa, Albina Cechinel dos Reis, ele conheceu alguns anos depois, na padaria do cunhado, em Porto Amazonas, onde ela atendia. “Fiquei um ano só no aperto de mão. Ela me conhecia porque eu era o único que fazia o pedido em cruzeiros (moeda da época)”, conta.

Com Albina (falecida há seis anos), o tropeiro ficou casado por 64 anos e teve sete filhos: Eulália (também falecida), Eloi; Ernani; Enio, Eurolino, Edson e Jacinto, que lhe deram 20 netos e 15 bisnetos. Ele conta orgulhoso que fez o parto de dois filhos – Eurolino e Edson. “Os nomes dos filhos escolhemos juntos e o último foi Jacinto para homenagear o pai dela, se fosse menina iríamos homenagear minha mãe. Fomos muito felizes, nunca brigamos”, ele lembra também emocionado, que a comida que mais gostava que ela fizesse era frango caipira com polenta e de sobremesa quindim: “Nunca exige nada, o que ela fizesse estava bom”.

Entre as muitas dificuldades da vida de peão que passou no lombo do cavalo ele cita duas bem curiosas. A primeira foi quando trouxe uma boiada de Matinha no Mato Grosso do Sul. “No meio tinha uns 60 bois e eles vinham brigando entre eles, dando um trabalho danado. Quando chegamos ao local onde íamos pousar eles ficaram tudo amigo quando ouviram o esturro de uma onça”.

Outra ocasião que ficou marcada na memória do tropeiro foi quando estava vindo de Mato Grosso para São Paulo, mais

precisamente no município de Assis. “Depois que acomodamos os bois fomos com a ‘jacuzada’ passear na praça onde tinha coreto e radiola. De repente comecei ouvir uma dedicatória onde os peões me ofereceram a música “Mágoa de Boiadeiro”, escrito pelo Tião Carreiro, fiquei muito emocionado. Eu tratava bem os peões e tenho saudade dos companheiros que já morreram. E eu tô aqui... pra contar história”.

A última viagem como tropeiro ele fez em companhia do filho Ernani quando ainda morava em Santo Antônio da Platina e tinha mais de 60 anos. Mas ele já degustou dos avanços tecnológicos. Já viajou duas vezes de avião a primeira foi com a esposa para Porto Velho. “Ela tinha muita vontade de andar de chalana e fomos lá pra isso. É uma transformação muito grande”. A segunda vez foi a Porto Alegre participar da Semana Farroupilha.

Hoje o velho tropeiro continua com hábitos simples: acorda cedo e toma seu chimarrão e em seguida café com leite, vitamina de frutas e alguns remédios, depois dorme um pouquinho. No almoço ingere muitos legumes e verduras, arroz, feijão e a carne, que é bem picadinha pela zelosa cunhada Marcia ou pela paciente cuidadora Maria. Depois mais um cochilo e as quatro da tarde acorda para brincar com o controle da TV “Eu não perco a novena que passa na Rede Vida”, comenta.

Além de contar suas histórias para quem chega para ouvi-las sentado na cadeira revestida com o ‘pelego’ (pele de carneiro com lã), Otávio Reis também acumula homenagens. Em 2014, quando completou 100 anos foi homenageado pela Câmara Municipal de Porto Amazonas com o título de Cidadão Benemérito e pelo grupo Pioneiro das Cavalgadas de Porto Amazonas, com direito a camiseta. O encontro, que teve a presença de cerca de 200 pessoas, foi regado a costela de chão e outras comidas típicas do tropeirismo.



Otávio Reis o tropeiro de 101 anos com sua família

O “exército” da baderna e destruição



Como se não fosse o responsável pela nomeação dos chefões que comandaram o saque da Petrobras revelado na Operação Lava Jato, Lula, no dia 24 do mês passado, ultrapassou qualquer limite. Disse o ex-presidente numa manifestação da CUT/MST no prédio da Petrobras, no Rio de Janeiro:

- “Em vez de ficarmos chorando, vamos defender o que é nosso. Defender a Petrobras é defender a democracia e defender a democracia é defender a continuidade do desenvolvimento social nesse país. Quero paz e democracia, mas também sabemos brigar. Sobretudo quando o Stédile colocar o exército dele nas ruas”.

Foi o sinal para que Stédile antecipasse para março o que se repete em abril de todos os anos, quando ocorrem invasões, atos de vandalismo, cenas de violência do MST em todo o país.

Ao contrário da greve dos caminhoneiros, nem a presidente Dilma Rousseff nem seu ministro da Justiça, José Eduardo Cardoso, lembraram da existência da Força Nacional para impedir atos de típicos bandoleiros. O pau que bate em Francisco não bate em Chico.

A primeira destruição ocorreu no interior de São Paulo, no último dia 05 de março, quando mulheres do MST, todas mascaradas, invadiram uma unidade da empresa Suzano. Elas puseram fim a milhares de mudas transgênicas de eucalipto produzidas numa pesquisa que vinha sendo desenvolvida desde 2001. Não por outra razão, o MST divulgou na Internet um vídeo que exhibe o ato. A ideia, conforme explica em nota, era provocar um “debate” na sociedade, pois “o plantio em escala do eucalipto transgênico pode causar sérios impactos ambientais e sociais, já que contaminaria a produção de

mel brasileira, e necessitaria de mais água e agrotóxico se comparado com a espécie natural”. A empresa, através de seu gerente de operações, Eduardo José de Mello, garante que o produto é seguro para o meio ambiente e que “perdemos anos de desenvolvimento tecnológico”.

O exército de Stédile também provocou a morte de uma família durante uma manifestação em Sergipe. No último dia 11 de março, dois adultos e uma criança morreram após o engavetamento entre uma carreta e sete carros ter provocado uma explosão, perto da cidade de Itaporanga D’Ajuda, a 29 km de Aracaju. O acidente ocorreu na pista que havia sido fechada por manifestantes do MST.

As ações que se repetiram em 19 Estados desde o último dia 05 de março, vão de ocupações de empresas, terras, bancos e órgãos públicos à passeatas e fechamentos de estradas. O movimento diz ter mobilizado mais de 20 mil pessoas contra o modelo de agronegócio no país e os alvos dos protestos são escolhidos pelas coordenações dos sem-terra em cada Estado. Em Goiânia, por exemplo, uma unidade da Cargil foi invadida. O mesmo ocorreu na sede da Adama, empresa de defensivos agrícolas, em Taquari (RS). Agências do Banco do Nordeste do Brasil, do Banco do Brasil e da Caixa também foram alvos do grupo.

Paraná

No último dia 11, o bando protestou em várias rodovias estaduais e federais do Paraná, ocuparam praças de pedágio e liberaram a passagem dos veículos. Em Laranjeiras do Sul, na região central, um grupo protestou em frente à sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Houve bloqueios de trevos no Sudoeste.

“Direita de merda”

No último dia 05, quando o MST entrou em ação, João Pedro Stédile, o cabeça do MST, negou em um pronunciamento na TV venezuelana, em rede nacional, que haja filas para comprar produtos nos mercados venezuelanos. O que há, segundo ele, é “uma direita sem vergonha, uma direita de merda”. Além de uma inflação anual de 60%, para se comprar vários produtos na Venezuela é preciso identificação biométrica (botar o polegar numa maquininha). As filas são quilométricas, as prateleiras ficam vazias rapidamente e falta de tudo, inclusive papel higiênico. Tudo isso tem sido tema de reportagens de veículos independentes de outros países diante da censura à imprensa venezuelana. Mas na cabeça de Stédile, isso não existe. Assim, talvez ele deva tomar finalmente uma sábia decisão e pegar um avião para Caracas. Sem volta.



João Pedro Stédile: “Uma direita sem vergonha, uma direita de merda”



Conab estima safra de 198,5 milhões de toneladas

É o sexto levantamento e reduz previsão anterior

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) revisou para baixo sua projeção para a safra de grãos do Brasil na temporada 2014/2015. No sexto levantamento para este ciclo, divulgado no último dia 10 de março, a Conab estimou a produção de 198,53 milhões de toneladas.

O último relatório com cálculo abaixo de 200 milhões de toneladas para a ciclo atual tinha sido o de novembro de 2014 (199,9 milhões). No levantamento divulgado em fevereiro de 2015, a estimativa era de 200,08 milhões. Mesmo com a nova redução, o número atualizado indica uma produção 2,6% maior em relação à safra 2013/2014 (193,5 milhões de toneladas).

A expectativa para a soja foi revisada de 94,57 milhões para 93,25 milhões de toneladas. Segundo a Conab, ocorreram “problemas climáticos em janeiro, que influenciaram a expectativa de produtividade no Sudeste, parte do Centro-Oeste e na região do Matopiba”. Ainda assim, deve haver um aumento de 8,3% em relação à temporada 2013/2014, com produtividade média de 2,97 toneladas por hectare.

Já a projeção para o milho é de uma queda de 2,3% somadas a safra de verão e a segunda safra, com a produção de 78,20 milhões de toneladas. Na temporada 2013/2014, foram 80,05 milhões, conforme a Conab.

Segundo a Companhia, o milho verão deve ter volume 6,1% menor que a temporada passada. A estimativa foi revisada de 30,12 milhões para 29,72 milhões de toneladas. A segunda safra foi revisada de 48,27 milhões para 48,48 milhões de toneladas. Com isso, deve ser praticamente estável, com crescimento de 0,2% em relação ao mesmo período do ciclo 2013/2014.

A safra de feijão deve totalizar 3,37 milhões de toneladas, uma queda de 2,4% considerando os três ciclos produtivos anuais. No primeiro ciclo, deve haver queda de 4,5% (1,2 milhão de toneladas). No segundo, deve haver redução de 2,7% (1,29 milhão de toneladas) e no terceiro, alta de 1% (872,4 mil toneladas).

Área

O total de área destinada ao plantio também foi revisada para baixo, de 57,39 milhões para 57,03 milhões de hectares, informa a Conab. “A soja apresenta também evolução, com um crescimento de 3,9%, passando de 30,17 para 31,33 milhões de hectares. A área destinada ao algodão deve diminuir, ficando em 976,1 mil hectares - 13% inferior à safra 2013/2014. O motivo é a redução do consumo e dos preços praticados e o excesso dos estoques interno e externo”, destaca a Companhia, em nota. A área da safrinha de milho deve cair 2,2% em relação ao ciclo no ano passado, passando de 9,21 para 9,01 milhões de hectares.



Interesse de Israel

Menor do que a área de Sergipe, o Estado de Israel tem 20.700 quilômetros quadrados, 470 quilômetros de Norte a sul a faixa mais estreita de seu território mede apenas 12 quilômetros, ou pouco mais que a metade de meia maratona. Para conter seus vizinhos árabes pouco amistosos o mundo inteiro sabe que os israelenses têm forças armadas de ponta devidamente municiadas pelos Estados Unidos.

Estima-se que menos de 500 mil hectares do território sejam agricultáveis – no Brasil, apenas no cultivo de grãos, são mais de 55 milhões de hectares, mas é nesse espaço que 80% dos alimentos dos 8 milhões de judeus são produzidos. Apenas para exemplificar, pouco mais de mil produtores de leite produzem em média 12 mil litros/vaca/ano (33, 3 litros dia) – no Paraná são 115 mil produtores, dos quais apenas os “top” obtém essa média, como na região de Castro.

Com invejável tecnologia agrícola nas costas e na tela do computador, no último dia 11, Daniel Werner, diretor do Centro Internacional de Cooperação e Desenvolvimento do governo

de Israel, e Boaz Albaranes, assessor econômico do consulado israelense visitaram a FAEP. Além de divulgar uma grande feira de tecnologia voltada ao campo que se realiza em abril naquele país, o interesse dos executivos foi abrir canais de parcerias e negócios com instituições e empresas de agronegócio do Paraná. Eles foram recepcionados pelo diretor financeiro da FAEP, João Luiz Rodrigues Biscaia, e pelo assessor da presidência, Carlos Augusto Albuquerque.



A questão dos portos na FAESP

No último dia 05, cerca de 200 líderes do agronegócio paulista estiveram reunidos na sede da Federação da Agricultura e Pecuária de São Paulo (FAESP) com o ministro da Secretaria dos Portos, Edinho Araujo.

O presidente da Faesp, Fábio Meirelles, entregou ao ministro um conjunto de reivindicações da agropecuária paulista para agilizar as operações exportações e incentivar o transporte marítimo e fluvial.

Nesse encontro, como convidado, esteve o engenheiro agrônomo da FAEP Nilson H. Camargo, também conselheiro da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA), que fez abordagens sobre o terminal portuário paranaense. Além de elogiar o ministro pela iniciativa em antecipar os processos de arrendamento dos terminais portuários, o que propicia aos atuais ocupantes investirem nessas área, Nilson lembrou que o Porto de Paranaguá movimentou 14 milhões de toneladas em 1994 e no ano passado 46 milhões de toneladas. Ou seja, mais que triplicou a movimentação em duas décadas, “sem que o porto tenha mudado”, acrescentou.

Outra questão importante e que movimenta a maioria dos

terminais brasileiros são as poligonais – o perímetro de atividades portuárias. “O atual presidente da APPA realiza estudos detalhados sobre a poligonal de Paranaguá, algo fundamental para atrair novos investimentos no porto”, lembrou o representante da FAEP. Tais estudos precisam ser aceitos pela Secretaria dos Portos.



Nilson Camargo (ao centro), Ministro dos Portos Edinho Araujo (à direita) e Angelo Munhoz Benko.

Apoio à comercialização de mandioca

Segundo ofício encaminhado ao MAPA pede apoio para enfrentar crise. Preço pago a produtores é aviltante e atinge 45 mil propriedades

A FAEP encaminhou em 20 de fevereiro de 2015, ofício ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) solicitando medidas de apoio à comercialização da mandioca, que atravessa uma grave crise. Até o momento não houve nenhuma ação do governo e os prejuízos dos produtores se acumulam.

A mandioca é uma importante cultura no Estado, desenvolvida em 45 mil propriedades rurais, sendo 86% pequenos produtores, conforme dados do Censo Agropecuário. Além disso, a cultura mantém em atividade 58% do parque industrial de produção de fécula do país com mais de 70 indústrias de farinhas no Paraná.

Levantamentos da Seab/Deral mostram que a raiz foi comercializada a R\$ 187,93/tonelada no começo de março de 2015, valor 30% menor que o custo de produção. Os preços recebidos pelos produtores atualmente são 6% menores ao que era praticado em janeiro de 2015 e 53% menor que o preço de março de 2014.

Em algumas localidades, os produtores estão recebendo R\$160,00/tonelada, valor aviltante considerando o custo operacional de produção, de R\$ 237,09/tonelada estimado pela Seab/Deral. A expectativa é de valores ainda menores para os próximos meses, uma vez que grande parte da colheita é realizada entre os meses de maio a agosto. Para agravar a situação o preço mínimo está defasado.

Diante da gravidade do assunto, o presidente da FAEP, Ágide Meneguette reiterou as solicitações em novo documento enviado neste dia 10/03. Pediu a interveniência dos ministros da Agricultura e Desenvolvimento Agrária (*) “em apoio às medidas urgentes para reduzir os prejuízos dos produtores”. Entre elas:

1. Aumento dos Preços Mínimos de Garantia em 30% para a raiz e derivados, considerando que a última atualização ocorreu em 2013, e desde então ocorreram altas significativas nos custos de produção;
2. Viabilização de recursos na modalidade AGF para a aquisição de 20.000 toneladas de farinha de mandioca e 20.000 toneladas de fécula no Paraná;
3. Aquisição de 5.000 toneladas de derivados e de 10.000 toneladas de farinha de mandioca para a merenda escolar e compra institucional;

4. Prorrogação dos financiamentos agrícolas do setor desta safra sem impedimentos para contratação de novos financiamentos;
5. Implantação do Programa de Garantia e Sustentação de Preços, como forma de garantir o escoamento dos excedentes de produção;
6. Intervenção do governo para estimular as exportações e abertura de novos mercados para os derivados de mandioca, medida que contribuiria com a balança comercial do país.

No documento, Ágide lembra que as propostas solicitadas visam garantir a continuidade de milhares de agricultores na atividade e dos empregos diretos e indiretos gerados pela mandiocultura no Paraná.

Cópia do ofício foi encaminhado à Seab/PR; Instituto Pensar Agro e à Frente Parlamentar Agropecuária



Senado anula registro de tratores

O Plenário do Senado anulou no último dia 10 a Resolução nº 429/2012, do Conselho Nacional de Trânsito (Contran). A norma estabelece critérios para o registro (por consequência emplacamento) de tratores destinados a puxar ou arrastar maquinário de qualquer natureza ou a executar trabalhos agrícolas e de construção ou pavimentação.

A decisão tomada pelo plenário do Senado foi baseada no Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 124/2013, apresentado pelo senador Blairo Maggi (PR-MT). Blairo lembrou que o Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/1997) é bastante claro quanto a seu escopo: “o trânsito de qualquer natureza nas vias terrestres do território nacional, abertas à circulação, rege-se por este Código” (artigo 1º).

Diante disso, argumentou o senador, o interior de fazendas e outras áreas privadas destinadas à produção agropecuária não estão abrangidos no conceito de “vias terrestres abertas à circulação”, logo, não são regidas pelo Código de Trânsito.

Na opinião do senador Blairo Maggi, o Contran não pode regulamentar a circulação de máquinas agrícolas utilizadas fora das vias públicas, exigindo-lhes Certificado de Registro Veicular, como propunha a resolução.

Para Blairo Maggi, o Contran exorbitou do poder regulamentador do Poder Executivo. O projeto seguiu para exame na Câmara dos Deputados.

Em resumo, tratores utilizados dentro das propriedades não precisam de emplacamento.



Leitor em foco



Edson José Koslosky é de Palmeira (PR), a cidade-clima do Brasil, e fez essa foto de uma nuvem em forma de cruz (ao fundo, menor) emoldurada por outras como se fossem uma auréola.



Elza Alves dos Santos Gomes é de Santa Cruz de Monte Castelo (PR) e aparece com a cachorrinha Mia. Elza jura que Mia está num largo sorriso para ela, ou você acha que os cães não sorriem?

PRANCHITA



Colhedoras

Nos dias 27 e 28 de fevereiro, na comunidade da Linha Valdomeira, em Santo Antônio do Sudoeste, aconteceu o curso de Trabalhador na Operação e Manutenção de Colhedoras. O instrutor do grupo foi Edson Zuchi. Além do Sindicato Rural de Pranchita estiveram presentes representantes da Emater e da Secretaria de Agricultura do município.

FAXINAL



Colhedoras

O Sindicato Rural de Faxinal realizou na Arcam – Coamo, de 19 a 20 de janeiro o curso de Trabalhador na Operação e Manutenção de Colhedoras Automotrizes New Holland – Básico. Participaram 15 trabalhadores rurais com o instrutor Domingos Carlos Basso.

CIANORTE



Pá carregadora

No período de 10 a 14 de fevereiro, o Sindicato Rural de Cianorte em parceria com a Destilaria Melhoramentos Norte do Paraná realizou o curso de Trabalhador na Operação e na Manutenção de Carregadoras – pá carregadora (carregadora sobre rodas). Participaram 08 trabalhadores rurais com o instrutor Marcos Antônio Rezende. As aulas aconteceram na sede da empresa.

STA IZABEL DO OESTE



Colhedoras Automotrizes

O Sindicato Rural de Realeza promoveu em sua extensão de base em Santa Izabel do Oeste o curso Operação, Manutenção e Regulagem de Colhedoras Automotrizes. O evento foi organizado em parceria com a prefeitura, Secretaria da Agricultura e a Emater. Participaram do curso 13 produtores rurais com o instrutor Edson Zuchi.

STA C. MONTE CASTELO



Panificação

O Sindicato Rural de Santa Cruz de Monte Castelo realizou o curso Produção Artesanal de Alimentos – Panificação nos dias 11 e 12 de fevereiro. A instrutora do grupo foi Silvia Lucia Neves.

TIBAGI



Olericultura

O Sindicato Rural de Tibagi realizou nos dias 26 e 27 de fevereiro o curso de Olericultura básica. A turma de 15 produtores e trabalhadores rurais teve como instrutora Karina Calil Caparroz.

SANTA MARIANA



Gestão de pessoas

O Sindicato Rural de Santa Mariana realizou, em setembro de 2014, o curso Gestão de pessoas – Comunicação e técnicas de apresentação. Participaram 17 produtores e produtoras rurais com a instrutora Carmen Mercedes Zuan.

GOIOERÊ



Posse

No dia 10 de fevereiro foi empossada a diretoria eleita do Sindicato Rural de Goioerê. Foram eleitos: Sergio Fortis como presidente; Pedro Antônio de Oliveira Coelho vice-presidente; João Roberto de Oliveira Coelho secretário e Antônio Fernando Nunes Junior tesoureiro.

Uma simples foto



Se você tiver uma foto curiosa, expressiva, mande para publicação pelo email: imprensa@faep.com.br com seu nome e endereço.



Barulho

A Organização Mundial de Saúde (OMS) alerta que 1,1 bilhão de jovens em todo o mundo correm risco de sofrer perda auditiva devido à exposição ao barulho causada por seus hábitos diários. Nos países desenvolvidos, a situação é tão grave que, de acordo com estimativas, mais de 43 milhões de pessoas, entre 12 e 35 anos, já sofrem de surdez incapacitante.

Vapt-vupt

O falcão-peregrino (*Falco peregrinus*), voa a 160 km/h, mas é capaz de mergulhar a mais de 320 km/h quando está atrás de uma presa.

A ave, encontrada em praticamente todo o mundo, é tão rápido que deixaria para trás um jato na decolagem.



Baixinho invocado

Getúlio Vargas tinha 1,60 metro e detestava sua altura — por isso, os fotógrafos oficiais eram obrigados a obter sua imagem de baixo para cima e evitar que um “grandão” estivesse ao seu lado, o que poderia gerar comparação com sua altura. As vésperas de seu suicídio (24.08.1954) a oposição o acusava de estar envolvido num mar de lama (corrupção). O revólver usado por Getúlio para se suicidar foi um Colt calibre 32. A arma continua em poder da família, passando de geração em geração.



É possível chorar embaixo d'água?

Até que dá, mas não é um choro propriamente dito. Como você continua sentindo as emoções, suas glândulas não deixariam de produzir as lágrimas. Mas elas saíam dos olhos seria um trabalho difícil, já que, nessa situação, a água faz pressão contra os canais lacrimais atrapalhando — e até impedindo — o fluxo do choro.

Apedrejamento

Desde o século II, no Afeganistão, Arábia Saudita, Emirados Árabes, Irã, Nigéria, Paquistão e Sudão, o adultério é punido com o apedrejamento. Pela Sharia, a lei islâmica, as pessoas casadas que pulam a cerca são enterradas - as mulheres até o peito, os homens da cintura para baixo - e alvejadas pelo povão com pedras pequenas, até a morte. Se o adúltero não for oficialmente casado, o castigo é mais leve: cem chibatadas.



Bilhar milionário

A mesa Queen Victoria's Jubilee é a mais cara mesa de bilhar do mundo e foi feita pela Orme & Sons Ltd. especialmente para a exibição do jubileu da Rainha Victoria em 1871 na cidade inglesa de Manchester.

A mesa, feita de nogueira, é toda decorada em detalhes com citações de Shakespeare, Tennyson, Scott e Byron, além de mais de 50 espécies de flores e aves nativas das ilhas britânicas. Também decoram a The Queen's Jubilee Billiard Table retratos de Monarcas Ingleses.

Custa 1 milhão de libras (R\$ 4,6 milhões).



Tulipas

Ao contrário do que muitos pensam, a Tulipa não é originária da Holanda, mas da Turquia. Foi levada para os Países Baixos em 1560 pelo botânico Conrad Von Gesner. O nome da flor foi inspirado na palavra turco-otomana tülbind, posteriormente afrancesada para tulipe, que originalmente significa turbante (espécie de “chapéu” ou “adorno” que os homens do oriente médio usam na cabeça até os dias de hoje), considerando a forma da flor invertida. A Holanda é a maior produtora de tulipas do mundo, exportando cerca de 2 bilhões de bulbos para mais de 80 países em todo o mundo, inclusive o Brasil



Made in China

As lojas 1,99 apareceram na década de 1990 após a estabilidade econômica do Plano Real, possivelmente como consequência do aumento do poder aquisitivo das classes de baixa renda após a contenção da hiperinflação. Inicialmente eram conhecidas como lojas tudo por 1,99 e significavam produtos de baixa qualidade, em geral da China. Em seguida vieram as lojas 9,99. Do jeito que anda a inflação é capaz de aparecer as de 99,99.

Casa de Putin

O Kremlin, em Moscou, é um complexo arquitetônico composto por vários palácios, igrejas e outras construções, que representam cerca de oito séculos da cultura e da história da Rússia. As muralhas que cercam o Kremlin possuem 19 metros de altura e cerca de 2,5 quilômetros de comprimento. Esta construção monumental já foi fortaleza usada por czares, ponto de comando usado pelo partido comunista, e hoje em dia é a casa do atual presidente do país. Kremlin” significa fortaleza.



Mais pobre

A África sub-saariana (ao sul do deserto do Saara, na África) é considerada a região mais pobre do planeta nesta parte da África estão localizados os países (33 dos mais pobres que existem) com grandes problemas estruturais sofrendo os graves legados do colonialismo, do neocolonialismo, dos conflitos étnicos e da instabilidade política. A expectativa de vida não ultrapassa os 47 anos, e apenas, cerca de 40% da população tem acesso a educação.



Grana honesta com a corrupção

Resposta rápido:

- É possível ganhar dinheiro HONESTAMENTE com a corrupção?

Sim, é possível. Há pelo menos duas maneiras. A primeira e um dos recursos mais efetivos para discutir em público a corrupção e escapar da chatice é o uso do humor. Ao invés de discursos compenetrados, a mensagem que provoca o riso acaba sendo o caminho mais curto e eficaz para abordar os efeitos da operação Lava-Jato sem perder a atenção nem cansar a audiência. Talvez o maior e mais perverso problema brasileiro, os argumentos de uma crítica bem-humorada são insuperáveis.

Todo mundo entende, identifica as situações e repercute. Vale aqui lembrar que um dos personagens da imensa galeria de tipos criada por Jô Soares foi o “Exportador de Corruptos”. O quadro foi um dos sucesso no programa Viva o Gordo, no início do anos 1980. Sem citar nomes nem

identificar pessoas mas com muito bom humor, Jô Soares criticava o cenário político nacional. Na pele do “exportador”, Jô deu vida ao bichinho “corrupto”, sempre preso numa pequena gaiola de passarinho, e que se assanhava à simples menção de palavras como “banco”, “dinheiro”, “dólares”, ameaçando com bicadas quem se aproximasse da gaiola. Se quiser matar as saudades busque:

<http://momentoetico.blogspot.com.br/2011/01/exportacao-de-corrupto.html>

Boas leituras

Outra maneira de levantar alguns quaraminguás HONESTOS com a corrupção é escrever um livro sobre ela.

A Folha de São Paulo, na edição do último dia 07.03, selecionou algumas obras, entre elas:

- Em “Corrupção”, Oscar Pilagallo abor-

de e mina relações profissionais, valores morais e alicerces democráticos.

- No bem-humorado “Almanaque de Corruptos, Ditadores e Tiranos Nojentos”, a jornalista e escritora Fátima Mesquita mostra como agem certos políticos de ontem e de hoje. Você vai entender o que é corrupção, propina, nepotismo, abuso de poder e crimes contra a humanidade.

- Em “Ética e Vergonha na Cara!”, Mario Sergio Cortella e Clóvis de Barros Filho questionam a maneira como nos comportamos no dia a dia e os conflitos éticos que essas atitudes acarretam.

- “Sanguessugas do Brasil” se propõe a revelar 12 casos de corrupção. O livro fala sobre desvio de dinheiro público e assassinato de testemunhas.

- Ciro Hernandez convoca os brasileiros a uma cruzada para combater a corrupção e transformar o Brasil em um país mais digno no livro “Como Ser Honesto Diante da Corrupção”.



Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE
CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ___/___/___ Responsável _____
Em ___/___/___

SISTEMA FAEP



SISTEMA FAEP/SENAR-PR

FAEP - R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2169-7988 | Fax: 41 3323-2124 | www.sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br
SENAR - R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2106-0401 | Fax: 41 3323-1779 | www.sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

A versão digital deste informativo
está disponível no site:

sistemafaep.org.br